

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 74ª
(SEPTUAGÉSIMA QUARTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 6 DE SETEMBRO DE 2016.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão ordinária.

Não se verificando *quorum* para o início dos trabalhos, conforme o disposto no art. 109, § IV, do Regimento Interno, declaro suspensa a sessão por trinta minutos.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 15h04min, a sessão é reaberta às 15h52min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Está reaberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Retificação: o projeto de decreto legislativo que concede o título de cidadão honorário de Brasília ao professor Boaventura de Sousa Santos é de autoria do Deputado Chico Vigilante.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Leitura das atas das sessões anteriores.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JUAREZÃO) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 71ª Sessão Ordinária;
- Ata da 72ª Sessão Ordinária;
- Ata da 13ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 14ª Sessão Extraordinária;
- Ata da 15ª Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero trazer a esta Casa o conhecimento de um fato que eu considero extremamente importante. Uma característica que permeou a Constituição brasileira foi dar aos atos da administração pública, no que diz respeito a finanças, gestão e execução do Orçamento, uma absoluta transparência e um acompanhamento por parte da sociedade civil. Nós fomos surpreendidos.

Fizemos o debate da Lei de Diretrizes Orçamentárias na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Inclusive nós propusemos uma ampliação e, por iniciativa nossa, esta Casa foi acompanhada dos mais diferentes setores que acompanham a execução do Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Como todos sabem, no final do mês de agosto o Governo Federal encaminha a proposta Orçamentária da União e, com ela, vai o desdobramento do Fundo Constitucional – no interior do projeto de lei. Para surpresa nossa, Sr. Presidente –

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

peço a atenção de V.Exa. –, ocorre uma situação inédita. O Governo do Distrito Federal, que apresentava uma proposta ao derredor de 12,8 bilhões de reais, chega, com essa proposta, com um ingrediente novo muito pouco explicado, que chega a 13 bilhões e 190 milhões. Ou seja, essa aqui, a chamada Fonte 900, dá um *plus*, dá um delta ao Fundo Constitucional.

Isso – nós estamos pressupondo – decorre de uma eventual decisão no Tribunal de Contas da União que poderá vir a reforçar os cofres do Distrito Federal, aquilo que nós já temos levantado aqui sobre o procedimento do cálculo do Fundo Constitucional. No entanto, o Governo do Distrito Federal tem de encaminhar a esta Casa uma explicação da natureza...

É um fato um tanto quanto inédito, um fato que nós precisamos, por um lado, comemorar. Por outro lado, precisamos saber quando vai entrar no caixa e qual a previsibilidade disso.

Esse é um novo fato que se incorpora a esse momento no qual se apresenta a parte orçamentária, mas há um segundo fato: quando debatemos o Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, nós elaboramos diversos questionamentos para o Governo do Distrito Federal com o objetivo de dar transparência ao fundo. Na mensagem que o governo encaminhou na LDO, eles estimavam um orçamento para 2017 de R\$12.700.000.000,00 (doze bilhões e setecentos milhões de reais), sendo que o montante de, para ser preciso, R\$7.930.000.000,00 (sete bilhões, novecentos e trinta milhões de reais), ou seja, 62,4%, seriam destinados à área da segurança. O governo tomou uma decisão política de priorizar, pela primeira vez, mais de 60% dos recursos do fundo para a área da segurança. Ora, na discussão do projeto, nós questionamos o percentual. O aumento previsto pelo Governo do Distrito Federal estimava um aumento da ordem de 5,69%. Esse aumento foi maior, de 6,5%. Portanto, deu um delta à previsão orçamentária prevista em torno de 106 milhões de reais, jogando, portanto, o fundo constitucional para 12 bilhões, 800 milhões e qualquer coisa no fundo constitucional.

Ora, as previsões do crescimento, se comprovadas no fundo constitucional, devem aumentar em torno de 9,7% em função daquilo que nós dissemos, dessa receita adicional que o governo está esperando receber. Aí, há uma questão extremamente preocupante que eu quero trazer, principalmente para os segmentos que acompanham o debate da segurança que é a previsão da área da segurança. Ela, nessa segunda versão, que é a versão encaminhada para o Congresso Nacional, teve uma redução de quase 357 milhões de reais. Quem é o grande pagador dessa conta? É principalmente a Polícia Civil e a Polícia Militar. Isso faz com que aqueles 62,4%, que era a composição dos recursos para o fundo constitucional da área da segurança caia para 56,8%. A Polícia Civil, que tinha um orçamento de R\$2.050.000.000,00 (dois bilhões e cinquenta milhões de reais), cai em quase R\$356.000.000,00 (trezentos e cinquenta e seis milhões de reais). Portanto, a Polícia Civil novamente é a mais sacrificada na redução orçamentária, que cai ao derredor

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

de R\$2.050.000.000,00 (dois bilhões e cinquenta milhões de reais) para R\$1.579.000.000,00 (um bilhão, quinhentos e setenta e nove milhões de reais). Só na área de pessoal, cai 24%. A outra rubrica que sofre uma redução é a Polícia Militar, na ordem de 8%.

Portanto, Sr. Presidente, isso ocorre exatamente num momento em que a Polícia Civil está se mobilizando para conquistar a isonomia com a Polícia Federal e em que a Polícia Militar também está se preparando para ver a revisão de sua carreira. O que nós vemos é um deslocamento dessa diferença de quase R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) para as áreas da saúde e educação.

O que a gente não entende é por que o governo tem uma mudança drástica, dramática nessa gestão de recurso? Como? Qual é a leitura? Qual é a visão? Porque o governo quer dizer que não tem recurso orçamentário para poder fazer frente ao pedido de aumento da Polícia Civil ou ao pedido de aumento da Polícia Militar? Essa é a grande pergunta que fica.

Isso pegou muito mal para o governo porque, na realidade, havia uma expectativa de negociação que, nessa circunstância, se torna bastante difícil. Naturalmente, eu espero que, no Congresso Nacional, os congressistas possam discutir e tomar uma decisão acerca desse assunto.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Sandra Faraj.)

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sra. Presidente, nobres amigos, colegas, imprensa.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para levantar novamente um assunto que, por vários meses, já foi falado aqui desta tribuna – inclusive por mim –, mas que, como presidente da CPI do Transporte que fui durante os onze meses de investigação, faço questão de trazer à tona mais uma vez.

Desde o encerramento dos trabalhos da CPI do Transporte aqui na Câmara Legislativa, eu tenho dito que os verdadeiros responsáveis pelas ilegalidades da Licitação nº 001/2011 seriam punidos. O nosso relatório final foi contundente. Indicamos as fraudes e pedimos o indiciamento de dezessete pessoas. Para mim, nunca houve dúvida. A licitação do transporte público coletivo do Distrito Federal foi fraudada e medidas urgentes precisam ser tomadas.

As recentes decisões da 1ª Vara de Fazenda Pública de invalidar o certame vão totalmente de acordo com as medidas propostas por nós na CPI. Há sete meses a justiça já havia suspenso os contratos de concorrência, mas, como era de se esperar, o Governo do Distrito Federal não tomou nenhuma providência. Alegou não

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

ter tempo de providenciar uma nova licitação e decidiu manter vigentes os contratos investigados pela justiça.

Agora, com a decisão do Juiz Aragone Nunes Fernandes, os contratos firmados entre o DF e três empresas do transporte público do Distrito Federal tornam-se nulos. A integridade da decisão tomada anteriormente pelo Juiz Lizandro Gomes Filho, também da 1ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, foi mantida.

Aí eu pergunto para as Vossas Excelências aqui presentes: se há sete meses o governador, através da Secretaria de Mobilidade, afirmou não conseguir providenciar um novo certame em 180 dias, prazo determinado pela Justiça, será que hoje, mais de 250 dias depois da primeira decisão, haverá tempo suficiente para resolver o problema?

Eu posso responder essa pergunta para vocês: há tempo, há dinheiro e tudo pode ser feito. Se, em 25 de janeiro, data da decisão do Juiz Lizandro Gomes Filho, o governo já tivesse providenciado a abertura de uma nova licitação para o transporte público coletivo, hoje, 6 de setembro, nós não precisaríamos estar aqui torcendo para se cumprir a nova – e complementar – decisão da 1ª Vara da Fazenda Pública do DF.

É importante lembrar ainda que o advogado Sacha Reck, personagem mais conhecido da desastrosa licitação que culminou na concessão do serviço de transporte público coletivo a empresas de pessoas da família Constantino e também ao Grupo Gulin, foi preso, em Curitiba, pela Operação Riquixá II, do Gaeco – Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado.

Segundo o Doutor Aragone, Sacha Reck bateu o escanteio, cabeceou, agarrou e ainda apitou, dando a vitória a seu time. Isso porque “Sacha Reck participou de forma direta da elaboração das regras editalícias, teve papel ativo durante as fases internas e externas da licitação, redigiu atas de julgamento, analisou habilitações de candidatos e de propostas, julgou recursos administrativos e, concomitantemente, advogou em prol da parte vencedora, claramente a favorecendo”. Essa é uma das partes da sentença do Dr. Aragone.

Sacha Reck não está sob suspeita, senhoras e senhores. Ele foi preso. Existem provas contra ele. O que ocorreu no Distrito Federal foi escandaloso! E o que este governo fez a respeito? É lamentável dizer isto, mas não fez nada. Os contratos continuam vigentes e não há pressa desta gestão em tentar solucionar o problema. O escândalo se acentua ainda mais quando constatamos as cifras envolvidas na licitação: dez bilhões de reais! Milhões, não: bilhões!

Infelizmente, a pergunta que precisamos responder hoje não é se há tempo para uma nova contratação, sem prejudicar o usuário do transporte público, mas, sim, se essa é realmente a prioridade do governo. Talvez as prioridades sejam outras, como continuar pagando exorbitantes tarifas técnicas às empresas. Alguém está lucrando com isso, e definitivamente não é a população do Distrito Federal. O

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

que me felicita é que o nosso trabalho não foi em vão. Em diversas passagens de sua sentença, o Doutor Aragone se reporta aos trabalhos realizados pela CPI do Transporte, valendo-se dos elementos de prova colhidos no âmbito da CPI para formar seu convencimento e, assim, poder julgar de uma maneira isenta e justa.

A população reclama da saúde; a população reclama da educação; a população reclama da segurança, mas o povo da nossa cidade também reclama por um transporte público eficiente.

Nós, como Deputados Distritais, temos a obrigação de olhar para todos estes problemas. Alguns são prioridade, é claro. Mas isso não faz com que os demais assuntos, como o transporte público, por exemplo, sejam menos importantes.

Antes de encerrar, repito algo que tenho dito desde o início do meu mandato: minha oposição nesta Casa não é ao Estado, muito menos às pessoas que trabalham neste governo; faço oposição a esta forma indigna de governar, deixando a população em segundo plano. Quem prefere olhar primeiro para o próprio umbigo não pode ser digno de governar uma capital.

Eu gostaria de dizer também que continuamos acreditando que as coisas que investigamos na CPI do Transporte vão acabar dando certo em favor da população do Distrito Federal. Era isso o que eu tinha a dizer, nesta tarde, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra ao Deputado Lira. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras. (Pausa.)

Encerrados os Comunicados de Líderes, passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Presidente Deputada Sandra Faraj; boa tarde, todos os presentes. Uso a tribuna hoje, mudando um pouco o foco do nosso debate geralmente aqui, que é a área da educação, porém, para um tema não desvinculado dela, que é o setor de cultura do Distrito Federal. Pedi à Secretaria de Cultura do Distrito Federal, por meio de um requerimento de informação, que passasse à nossa Comissão de Educação, Saúde e Cultura o relatório da infraestrutura dos equipamentos culturais do Distrito Federal. Senhoras e senhores, o resultado é

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

absolutamente caótico. A cidade de Brasília, hoje, no que se refere a grandes eventos no setor de cultura, não tem onde fazer suas apresentações.

Peço licença para fazer um breve resumo aqui do relatório que nos foi entregue pela Secretaria de Cultura. O Museu de Arte de Brasília – MAB está fechado e precisa para ser reaberto de uma obra de 8 milhões de reais. O Espaço Cultural Renato Russo – todos que andam no setor cultural e que conhecem a estrutura artística do Distrito Federal sabem da importância desse espaço cultural – também está fechado e para reabrir precisa de uma reforma de 5,6 milhões de reais. O Teatro Nacional Cláudio Santoro, símbolo desta Capital, patrimônio desta Capital, está fechado, senhoras e senhores, e precisa – pasmem! – de 230 milhões de reais para reabrir; ou seja, continuará fechado. O Centro de Dança também está fechado, e essa, pelo menos, é uma obra que está em andamento, mas sem previsão para conclusão. O Polo de Cinema e Vídeo de Sobradinho, projeto que ao longo da história foi um sonho de desenvolvimento no setor terciário para aquela cidade, também se encontra fechado, senhores, e precisa de 29 milhões de reais para reabrir. O Memorial dos Povos Indígenas, aqui do lado da Câmara Legislativa, está em funcionamento de forma precária, e precisa de 12 milhões de reais para voltar a funcionar.

Para não alongar, eu estou citando apenas alguns pontos aqui da Capital, de Brasília, sem contar os espaços culturais das cidades satélites. Ou seja, isso é a prova de que o setor de cultura também está relegado, não a um segundo, terceiro ou quarto plano, ele está completamente relegado. E não é questão desse governo. Para nós chegarmos a uma situação caótica dessas, senhoras e senhores, é porque isso vem se acumulando ao longo de décadas.

Como é que uma cidade que sempre sonhou em ser um polo de desenvolvimento turístico, e não existe turismo sem elementos artísticos – haja vista São Paulo, quem conhece a noite e os espaços culturais paulistas sabe da importância disso –, ou seja: Brasília está cinco décadas atrasada no que se refere a isso.

Ou esta cidade coloca isso como prioridade e recupera os espaços culturais para fomentar o turismo, incluindo o Setor de Diversões – nós estivemos ali com o Presidente do Sindhobar e outras: sem a atividade cultural, os outros setores adjacentes, como o setor de bares, fica também prejudicado.

Então, senhoras e senhores, a cidade tem que rever seus projetos futuros. É uma cidade que está sem planejamento. Qual o meu planejamento para recuperar a educação, que está precária? Qual o nosso planejamento para recuperar o setor de saúde, que está precaríssimo? E qual é o nosso planejamento para recuperar o setor dos espaços culturais, que não está precário, está prestes à morte. E tudo isso afetando a economia da cidade em todos os setores.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

Vejam que são valores vultosos que nós não conseguiremos resolver por meio de emendas parlamentares, ainda que queiramos. Depende de um planejamento estratégico de médio prazo, para ter resultado a longo prazo. Mas tem que se iniciar agora, com previsão orçamentária para recuperar esse importante setor da nossa cidade.

Mais uma vez, deixo aqui esse alerta. E não sossegaremos!

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu ouvi o pronunciamento do Deputado Prof. Reginaldo Veras: é algo extremamente estarrecedor, a gente tem acompanhado esse processo de sucateamento dos equipamentos públicos. Simultaneamente, Deputada Sandra Faraj, o governo vem fazendo vultosos investimentos na Casa da Cultura, na cidade de Planaltina, e na cidade de Samambaia.

Aí a gente se pergunta: qual é o projeto que o governo tem para esses equipamentos? Vamos recuperar? Recuperar para quê? Vamos gastar para quê? Quais são as alternativas existentes? O governo tem, de fato, um projeto concreto para essas áreas? Eu creio que falta muita participação da sociedade civil nesse debate, e até mesmo a possibilidade de pensar alternativas que possam dar ao setor cultural de Brasília uma dimensão mais de caráter empresarial, para que ele possa caminhar um pouco mais com as suas pernas.

Esse exemplo dos equipamentos públicos, a degradação por que esses espaços estão passando e o alto custo de manutenção devem levar o governo a tomar medidas mais céleres. Não são somente esses, nós temos lá em Taguatinga o Centro Administrativo. Nós já estamos próximos há um ano e nove meses do Governo Rollemberg, o Centro Administrativo, na cidade de Taguatinga, está se deteriorando. O que é mais grave: no último sábado, acompanhando o Reitor do IFB, Professor Conciani; o Secretário, Professor Júlio, e o Administrador do Recanto das Emas na reabertura, Deputada Sandra Faraj, de um espaço – o Deputado Rôney estava presente – chamado Cidade dos Meninos, que foi construído pelo setor privado, transferido para o setor público, e foi deteriorado. Até as portas foram arrancadas. Luminárias, não há nenhuma. O prédio, literalmente novo, está depredado. Agora aquilo vai ser reconstruído, mas sequer tinha sido ocupado um único dia.

O governo tem que ser mais célere do ponto de vista da gestão desse espaço. Nós estamos pagando um preço alto por algo que se chama morosidade de gestão dos espaços públicos do Governo do Distrito Federal.

Muito obrigado.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Eu gostaria de fazer um apelo aos nobres Parlamentares, visto que neste instante nós temos *quorum*, para se possível abrirem mão das falas nos Comunicados de Parlamentares e passarmos direto à Ordem do Dia, para votação do item nº 163, PLC nº 71, que trata dos puxadinhos. Nós estamos aqui com a presença dos representantes dos sindicatos, da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – ABRASEL; da Fecomércio, e acho que seria interessante colocarmos o projeto em votação.

Se ninguém tiver nada contra, eu gostaria de passar à Ordem do Dia. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar eu quero declarar que, na questão dos puxadinhos, ninguém precisa pedir meu voto porque ele está garantido desde a primeira votação; já estamos indo para a quinta. Espero que desta vez a gente resolva, mas eu tenho dito aos interessados que certamente daqui um tempo nós estaremos votando de novo. Para mim não tem problema, continuo votando. O voto está garantido, não precisam nem pedir o meu voto.

Em segundo lugar, Sra. Presidente, eu fiz questão de falar aqui hoje porque pela manhã eu, o Deputado Delmasso e o Deputado Ricardo Vale tivemos a oportunidade de participar da posse do Sindicato dos Taxistas do Distrito Federal no aeroporto de Brasília. A posse foi realmente emocionante, fomos aplaudidíssimos, mas essa posse me deixou extremamente preocupado com a situação caótica que os taxistas estão vivendo naquele terminal do aeroporto de Brasília.

A gente fica escandalizado e estarecido quando vê na televisão aqueles trabalhadores escravizados no interior do Brasil, muitas vezes bebendo água de valas onde os porcos se enlameiam. Ali, a situação dos taxistas não está diferente. A situação realmente é deprimente e desesperadora. Eu disse lá que eu senti vergonha de ser brasileiro com aquela situação que eles estão vivendo.

De lá, eu conversei com o Secretário de Mobilidade. Na sexta-feira, às 11 horas, nós vamos voltar lá. O Governo do Distrito Federal, Deputado Julio Cesar, juntamente com a Infraero e os taxistas hão de encontrar um acordo para tirar aqueles homens e mulheres da situação desesperadora que eles estão vivendo. Inclusive, sobre os chamados aplicativos, o que nós prevemos – que eles iriam acabar com os taxistas – está acontecendo. Vi taxista que está morando 24 horas dentro do táxi, lá no aeroporto de Brasília, para fazer duas viagens.

Portanto, é desesperador. O Governo do Distrito Federal não pode abrir mão do poder que ele tem de fiscalização, para resolver a situação daqueles

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

trabalhadores. Os taxistas continuam tendo todo o meu apoio e toda a minha solidariedade.

Sra. Presidente, Deputada Sandra Faraj, Deputada Telma Rufino, Deputada Luzia de Paula, Deputado Delmasso, Deputado Rafael Prudente, Deputado Bispo Renato Andrade, os demais Parlamentares, chamo a atenção de todos. Eu conheço de sobra esta cidade. Os senhores se preparem, todos nós temos que estar preparados, porque vamos entrar agora na chamada fase dos dossiês falsos. Tenho notícia de quadrilhas e grupos de mau-caráter que já estão preparando dossiês para vender na praça. É fácil caluniar, é fácil atacar, é fácil fazer a política do gambá, que é soltar fedor para acharem que todo mundo está fedorento e pode ser misturado no fedor. Precisamos estar alertas quanto a isso.

Determinados bandidos aqui no Distrito Federal – não estou falando de assaltantes a mão armada, estou falando de pistoleiros da honra alheia – vivem disto, Deputado Bispo Renato Andrade: de chafurdar na lama, para tentar enlamear homens e mulheres de bem. Para mim, quero dizer aqui: preparem o dossiê que quiserem com relação à minha pessoa, mas se apresentem, mostrem o rosto para me encarar frente a frente. Eu não tenho medo de bandido. No dia em que eu tiver medo de bandido, deixo de existir. Não venham querer sujar o nosso nome.

Eu quero alertar o Presidente em exercício, o Deputado Juarezão, dos dossiês que estão por aí. Isto me foi transmitido: já tem um dossiê com relação ao Deputado Juarezão. Eu falei: o que o Deputado Juarezão fez, além de ser defensor de vaquejadas? “É a estória de um trator”. Eu falei: se ele arrumou algum trator, foi para plantar pimentão, não é? É preciso efetivamente que tenhamos cuidado, Deputada Telma Rufino, com esse tipo de banditismo. Eu não vou tolerar e não vou aceitar. Isso não dá nem para chamar de molecagem, porque molecagem é uma coisa. Mas isso é banditismo, é patifaria, é crime organizado, e o crime organizado a gente sabe como combater.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Tendo em vista que há Deputados que precisam sair, eu consulto novamente os Parlamentares se nós podemos proceder à votação do Projeto de Lei Complementar nº 71. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos dias eu tive oportunidade de visitar alguns batalhões, por força de alguns movimentos da população de Ceilândia, do Paranoá, do Itapuã, de Samambaia e de outras cidades por conta do Decreto nº 37.321, de 2016, que trata da reestruturação da Polícia Militar.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

O que aconteceu após esse decreto, Sra. Presidente? Os batalhões foram esvaziados, a tropa ficou sem saber quem era o seu líder. Ou seja, com a tropa desmotivada, a violência e a bandidagem tomaram conta das cidades. Eu não sei se é coincidência ou não, mas os índices de criminalidade aumentaram muito nas cidades depois da estruturação desse decreto. Então, eu peço ao Governo do Distrito Federal, ao Governador, ao Comandante da Polícia Militar e aos representantes do governo que estão nesta sessão de hoje que analisem esse decreto direitinho. Às vezes, foi com as melhores intenções, mas na ponta faltou conversar com aqueles que realmente operacionalizam o policiamento nas ruas todos os dias.

Então, eu elenquei aqui algumas coisas que estão acontecendo. Primeiro, o aumento da criminalidade, que são os maiores índices de toda a história, Deputado Bispo Renato Andrade. O fechamento e o esvaziamento dos batalhões, que estão às moscas. No Batalhão de Samambaia, por exemplo, onde eu estive hoje pela manhã, Deputado Chico Vigilante, nós temos sessenta viaturas paradas por falta de revisões simples. Os comandantes estão sem autonomia para liderar sua tropa, porque em relação à escala de pessoal, férias e boa parte das questões diárias, os policiais têm que se reportar através de carta, burocratizando o sistema, mandando-a aos comandos regionais. Além disso, os melhores policiais, aqueles mais bem preparados, que estavam nas ruas todos os dias, foram cedidos aos centros regionais, ou seja, estão fazendo aqui o contrário. Em vez de tirarmos pessoas do administrativo e colocarmos na rua, Deputado Joe Valle, estamos pegando aqueles policiais que estavam na rua, preparados, e estamos colocando-os para fazer a parte administrativa nos Centros de Comandos Regionais.

Além de tudo isso, por que a tropa está desmotivada? Porque está sem líder, está sem referência, a tropa está envelhecida, nós não temos concurso previsto para este governo ainda, o efetivo é baixo, o colete está vencido. Nas audiências de custódia, o juiz solta aqueles que o policial prende. Os delegados estão estressados e abarrotados de serviço nas centrais de flagrante. Então, Sra. Presidente, devido a tudo isso, o policiamento na rua fica mais escasso e a tropa desmotivada.

Diante de tudo isso, eu faço um apelo ao Governo do Distrito Federal para que reveja esse Decreto nº 37.321, de 2016, para que se estruture melhor e nós consigamos dar melhores condições de trabalho àqueles policiais que estão na rua, que são verdadeiros heróis, e aos comandantes para liderarem melhor sua tropa.

Muito obrigado, Deputado Delmasso.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Eu gostaria de consultar os Líderes se há acordo para sobrestarmos os itens de nºs 1 a 149, relativos aos vetos, para votarmos as demais proposições da Ordem do Dia. (Pausa.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Não há manifestação em contrário.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências”.

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro, eu quero dizer, conforme já disse anteriormente, que esta é a quinta vez que nós vamos votar um projeto sobre puxadinho.

Nós vamos votar esse. Espero que o governo encaminhe imediatamente o projeto dos puxadinhos da Asa Norte, que estão numa situação desesperadora, que precisa ser resolvida. Há outros puxadinhos para serem resolvidos também. Há puxadinho em Taguatinga – em Taguatinga há muitos, Deputada Sandra Faraj.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – É verdade.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Há puxadinho em Ceilândia, inclusive o dos supermercados. Eu venho batalhando há muito tempo para que resolvamos aquela parada. Portanto, é importante que o governo encaminhe o projeto para que possamos resolver isso.

Por último, eu quero dizer que declarei aqui na sessão passada, ao receber a notícia de que o secretário adjunto de saúde do Distrito Federal estava fazendo um estudo para a demissão de 25% dos vigilantes que prestam serviço na saúde, que estava disposto a não votar nenhum projeto do Executivo enquanto não tivesse uma resolução para esse problema.

Ontem eu conversei com o Governador Rodrigo Rollemberg e ele me disse que mandou suspender essa discussão e que vai receber a mim e o Sindicato dos Vigilantes para tratarmos dessa decisão definitivamente. Portanto, tendo em vista essa sinalização, eu vou voltar a votar aqui os projetos de interesse da sociedade. Se tentarem demitir de novo, eu voltarei a não votar e ainda vou articular com aos meus amigos, meus companheiros, para que eles não votem também.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante. Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na mesma linha colocada pelo Deputado Chico Vigilante, eu gostaria

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

também de ressaltar a importância deste projeto de lei que regulamenta os puxadinhos da Asa Sul. Mas quero citar, Deputado Chico Vigilante, Deputado Chico Leite, e Deputado Joe Valle, que existem outras áreas no Distrito Federal que também precisam ser regularizadas.

O que eu acho interessante é que a regularização dessas áreas, a cobrança da taxa pública para a utilização dessas áreas vai aumentar a arrecadação do Governo do Distrito Federal e pode ser uma saída até mesmo para a crise que o Distrito Federal vive.

Eu vou dar um exemplo a V.Exas. a respeito do que eu estou dizendo. Na Região Administrativa do Guará, existe, no mínimo, vinte áreas que precisam ser regularizadas. A regularização dessas vinte áreas, se houver uma cobrança pela utilização de área pública, poderá gerar uma arrecadação ao governo em torno de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais). Isso se levarmos em conta somente vinte áreas, Deputado Wasny de Roure, ficando fora as diversas áreas públicas que são utilizadas e que até hoje não há cobrança, pois não há uma lei. Quero deixar claro que essa arrecadação seria anual pelas vinte áreas somente.

Na Região Administrativa do Guará e na Região Administrativa do SIA existem diversas áreas públicas que estão sendo utilizadas, mas não pode haver cobrança dessas áreas públicas porque não há legislação específica, e o governo acaba perdendo arrecadação, Deputado Joe Valle, de uma coisa que as pessoas querem pagar, porque elas querem utilizar área pública até para dar andamento ao seu empreendimento. Isso poderá se dar por meio de um projeto a ser encaminhado a esta Casa e que pode resolver todo esse problema no Distrito Federal.

Então, quero aqui corroborar com o que o Deputado Chico Vigilante falou e dizer da importância de projetos semelhantes a este que vão ser aprovados aqui nesta Casa, justamente para melhorar e aumentar a arrecadação do Distrito Federal.

Obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, somente vou complementar o que o Deputado Chico Vigilante falou. Se é possível a Secretaria de Saúde, numa ação de gestão, otimizar o trabalho dos servidores da segurança fazendo sobrar 25% – não é isso, Deputado Chico Vigilante? – que remaneje esses 25% para a área da educação, porque lá está faltando, e muito, prova disso é o aumento dos indicadores de violência nos perímetros das escolas. Vigilante não pertence à área da Segurança Pública, mas a presença dele aumenta a sensação de segurança nas escolas.

V.Exa. tem um companheiro nessa questão. Estou aqui para acompanhá-lo nessa propositura caso venham a querer minimizar esse processo.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para discutir. Sem revisão do orador.)
– Sra. Presidente, na verdade é mais um esclarecimento. Nós, nessa questão dos puxadinhos, ficamos muito confortáveis com a condução desse processo pela Deputada Telma Rufino, que, inclusive, tem nos dado as informações devidas.

Eu gostaria apenas de fazer um questionamento. Este projeto encaminhado pelo governo, depois de nove anos, só se refere à Asa Sul?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Só.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Não deu tempo de, neste um ano e meio, disciplinar essa questão? Não, porque antes o problema era dinheiro. Parece-me que neste caso, o que se faz é arrecadar o dinheiro. Então, Guará, Asa Norte, Taguatinga, Sobradinho, Ceilândia, nada disso será contemplado?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Nenhuma dessas áreas será contemplada.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Nenhuma será normatizada?

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Agora não, mas, aproveitando este momento de discussão, Deputado Raimundo Ribeiro, eu gostaria de esclarecer que isso foi questionado na última reunião com o Governador e ele se prontificou a mandar outros projetos das próximas áreas para serem regularizadas também.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – V.Exa. me permite, Presidente? V.Exa. conheceu a velhinha de Taubaté? A velhinha de Taubaté era uma senhora que acreditava em tudo. O Governador tem maus antecedentes. Ele não cumpre o que diz. Como é que vamos ficar acreditando que, em tempo hábil, ele vai trazer alguma coisa para cá? Não vai.

Mas eu admiro a boa-fé de V.Exa. Claro, eu a conheço, tenho o privilégio de poder conhecê-la. Quero dizer que, lamentavelmente, nesse aspecto, eu sou voz dissonante de V.Exa. Eu não acredito que ele vá mandar algum projeto: primeiro, pela lerdeza típica característica dele; segundo, porque eu não sei exatamente qual é o interesse de se normatizar apenas uma área.

Mas, ainda assim, em homenagem a todo o trabalho que foi feito por esta Casa no sentido de pressionar para que se regulamentasse, pelo menos, um pedacinho da cidade, eu estou aqui para votar o projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Raimundo Ribeiro.

Continua em discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero dizer que há acordo de todas as pessoas para votarem esse projeto. Nós precisamos realmente regularizar todas as áreas. Neste momento, é extremamente importante, em vez de corrermos atrás de cortar mais gastos – chegamos quase ao limite –, buscarmos novas arrecadações.

Eu gostaria de agradecer à Deputada Telma Rufino e espero que S.Exa. possa fazer o papel de Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários e coloque isso, faça essa sugestão, mande essas mensagens para o governo com a urgência de se regularizarem essas áreas, que estão prontas para serem regularizadas e significam arrecadação para o governo, inclusive as áreas de Lago Norte e Lago Sul que estão ocupadas e que precisam ser regularizadas. Então, deixo aqui nesta discussão essa vontade e a possibilidade de que se encaminhe esse processo.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Julio Cesar.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, da mesma forma, eu também queria parabenizar o trabalho que a nossa Presidente da CAF, Deputada Telma Rufino, teve em relação a esse projeto. Eu tive a oportunidade de acompanhar, no primeiro semestre, a dedicação de V.Exa. nos encontros que V.Exa. fez com o setor e, ainda no mês de agosto, as várias reuniões que V.Exa. fez. Realmente, conseguimos chegar a um texto em que há o consenso de todos os Deputados.

Quero parabenizar o trabalho que V.Exa. vem fazendo na Comissão de Assuntos Fundiários e também fazer esse apelo para que V.Exa. também cuide das outras áreas que também precisam: Asa Norte, várias cidades administrativas, Samambaia, Taguatinga e outras áreas. Acho que é muito importante haver essa regularização.

Estou aqui hoje e vim realmente com esse intuito. V.Exa. fez a convocação para podermos votar hoje. Estou aqui a seu pedido. Realmente queremos que as outras áreas sejam regularizadas. Então, parabéns, Deputada Telma Rufino e demais Parlamentares.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Obrigada, Deputado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, com relação à Asa Norte, já existe uma lei. Eu alertei que, quando ela vencer, o governo deve mandar um novo projeto. É uma lei moderna e foi amplamente discutida com os comerciantes quando eles estavam sob o tacão da

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

Agefis, que estava derrubando os estabelecimentos. Graças à agilidade e os conhecimentos jurídicos do meu amigo Willermann, que foi quem elaborou o projeto, discutimos com os permissionários comerciantes de lá, e foi aprovada e sancionada uma lei que está em vigor, por sinal, uma lei muito boa.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, na realidade, eu só queria fazer uma pergunta, um questionamento. Eu estou vendo aqui que o Governo do Distrito Federal encaminhou um substitutivo que foi anexado ao projeto e, no artigo 8º, estabelece um prazo – e aí, Deputado Chico Vigilante e Deputado Chico Leite, eu gostaria do auxílio de V.Exas. – dizendo o seguinte: “O artigo 24 da Lei Complementar nº 766, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 24. Os estabelecimentos que já ocupam área pública prevista nesta lei complementar devem protocolizar pedido de regularização junto à Administração Regional do Plano Piloto até 30 de outubro de 2016”.

Na realidade, eu faço um questionamento a V.Exa., Deputada Telma Rufino, somente por uma questão de compreensão: esse prazo até 30 de outubro de 2016 é suficiente para que todos os estabelecimentos que vão ser contemplados por essa lei apresentem um requerimento na administração regional? Nós estamos aprovando hoje no dia 06 de setembro e, em tese, todos os estabelecimentos vão ter quase 54 dias para apresentarem. Meu questionamento, primeiro, é se esse prazo é um prazo razoável. Eu não consegui ler ainda todo o procedimento e não sei se existem emendas que ampliam este prazo. Se não for um prazo razoável, que nós possamos discutir qual seria o prazo razoável para que os empreendedores apresentem junto à Administração Regional do Plano Piloto as suas solicitações. É só um questionamento de formalização, tendo em vista o prazo que é estabelecido.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Deputado Delmasso, tem inclusive um representante da SEGETH — Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação aqui.

Eu solicito à Deputada Telma Rufino que dê uma resposta ao Deputado Delmasso.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem partido. Sem revisão da oradora.) – Deputado Delmasso, o prazo foi substituído pela data, até 120 dias. Isso foi um acordo entre o Executivo e o representante dos comerciantes numa subemenda.

DEPUTADO DELMASSO – Ah, por 120 dias a contar da data da lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Continua em discussão.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure para discutir.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu queria colocar-me em primeiro lugar com relação ao debate da última semana. Creio que os colegas líderes que compõem o Colégio de Líderes desta Casa são testemunhas de que, quando nós debatemos a pauta, esse assunto não estava colocado na semana passada. Aí, por iniciativa nossa, nós pontuamos que, para as matérias que interferem no processo de ocupação do solo no Distrito Federal, era necessário ter uma agenda. Inclusive, foi iniciativa nossa enquanto líder da nossa bancada.

Aí, na quarta-feira, nós fomos surpreendidos, e depois um blog, *e-mail* e não sei o quê, as mídias sociais tentaram imputar a nós como sendo alguém que estava obstruindo o processo. Ora, nós precisamos ter claro que uma sociedade democrática vive com a transparência, a responsabilidade do debate e a consequência que a política exige. E há aqueles que trabalham sorrateiramente e não discutem com a devida consequência para ficarem bem com esse ou com aquele. Não há dúvida, eu não tenho medo. Oposição é da política. E aí algumas entidades criticaram e elogiaram outros com quem nós estaríamos fazendo uma grande obstrução, desconhecendo o período que a matéria esteve aqui em letargia.

Eu quero dizer aos colegas – e os colegas são testemunhas – que eu tenho outras responsabilidades. Inclusive, na semana passada, nós tivemos dias aqui extremamente pesados com audiências de mais de 5 horas, onde eu estive presente, exceto nos poucos minutos em que fui ao banheiro. Então, com esse tipo de debate, eu não me incomodo, é da democracia, mas também é uma definição do caráter de como as pessoas operam na política.

Em segundo lugar, Sra. Presidente, eu entendo que esse é mais um projeto que tem o caráter de provisoriedade. Nós precisamos ter isso claro. De repente, achamos que estamos resolvendo o problema do mundo inteiro nesse projeto, até vir uma decisão de uma dessas varas que nos surpreende.

Quero dizer que debatemos, chamamos aqui algumas entidades, discutimos no dia de hoje e realmente estamos prontos para votar. Eu conversava com o Dr. Luiz Otavio, que é o Secretário Adjunto da Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, sobre o ponto que mais tem nos incomodado, e quero traduzir aqui, para os colegas, que é o momento em que você recolhe o mobiliário. Você recolhe no espaço público ou recolhe nas instalações?

A argumentação dos técnicos é a de que muitos dos estabelecimentos têm um mobiliário que não cabe na parte privada. Isso é uma justificativa razoável, mas temos que também entender o lado do pedestre, do usuário das ruas, do usuário que transita nos espaços públicos, de quem leva a criança ao parque no domingo pela manhã. É importante que eles entendam que aquele estabelecimento funcionou até meia-noite, até duas horas da madrugada.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

Enfim, é importante que sejamos consequentes, no sentido de sabermos, de fato, o que estamos votando, tentando mitigar os problemas para que a sociedade nos identifique como seus legítimos representantes e detenhamos a confiança dela e a devida transparência. É isso que precisamos entender. O nosso papel nesta Casa não é simplesmente o de agradar ao empresário ou a desagradar fulano de tal ou beltrano de tal.

Eu recebi as críticas e sei, Deputado Joe, relevá-las. É do processo. Crítica é o que não falta para Parlamentar. Já diziam alguns que quanto mais se bate, mais se cresce. Isso é do processo, e nós, que estamos na vida pública da cidade, entendemos. Chamamos atenção é para uma coisa que permeia o interesse público, para uma coisa que permeia a responsabilidade desta Casa, e nós queremos continuar agindo assim: qual é o ponto principal? Depois de um longo debate, apresentei à equipe a nossa preocupação. Foi-nos relatada a incapacidade de muitos estabelecimentos de comportarem todo o mobiliário. Restariam dois metros para se transitar nesse espaço. Mais uma vez, é importante deixar claro que, sem dúvida alguma, essas coisas incomodam. Naturalmente, há várias mudanças em relação à proposta original da lei, que tentou avançar nessa questão dos puxadinhos.

Portanto, estamos em condições, Sra. Presidenta, de votar a matéria, entendendo esse ponto como o que mais nos chamou atenção a partir de uma interação com alguns setores organizados da sociedade.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Wasny.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
06 09 2016	15h	74ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis, 2 abstenções. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é só uma questão de ordem.

Eu queria pedir, no final da promulgação, a leitura de uma moção que protocolei. Ela parabeniza alguns pastores do Distrito Federal pelos relevantes serviços prestados à comunidade da cidade. Se for possível, solicito que seja votada ainda neste turno.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Retificação do resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são duas questões. Primeiro, sugiro a V.Exa. que encerre esta sessão e convoque sessão extraordinária, para aprovarmos o projeto em segundo turno. Segundo, quero justificar aqui a ausência do Deputado Agaciel Maia. S.Exa. me telefonou e avisou que está no Rio Grande do Norte, porque a mãe dele completou 89 anos. Não é todos os dias que um filho tem a mãe completando 89 anos. S.Exa. está de parabéns por ter ido ao Rio Grande do Norte, para o aniversário de sua mãe.

PRESIDENTE (DEPUTADA SANDRA FARAJ) – Obrigada, Deputado Chico Vigilante.

Convoco as Sras. e os Srs. Deputados para a sessão extraordinária com início imediato após esta sessão, a fim de votarmos, em 2º turno, o Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que “altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor de Habitações Coletivas Sul - SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências”.

Não havendo nada mais a tratar, declaro encerrada a presente sessão ordinária.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h58min.)